

Normas programáticas no constitucionalismo contemporâneo

Fabiana Cássia Dupim Souza

RESUMO

A defasagem existente entre as normas programáticas, principal mecanismo de veiculação dos direitos sociais e econômicos, e a efetiva aplicação de seus comandos, muitas vezes considerados como meros programas de governos, sem obrigatoriedade de obediência e desprovidos de meios de reclame jurídico, ensejou a realização da presente dissertação. Procurou-se, assim, voltar as atenções para o posicionamento doutrinário que entende não ser mais possível negar o caráter jurídico, e reflexamente, a exigibilidade, dos direitos fundamentais que venham garantidos em normas de roupagem programática. Tal perspectiva não comunga com a visão tradicional, pela qual os direitos contidos em normas programáticas eram vistos apenas como meros direitos de defesa.

ABSTRACT

The actual discrepancy between the not-self executing rules, main instrument used as vehicle to grant the social and economic rights, and the effective use of its commands, many times considered as mere programs of governments, without compulsory nature and with no suitable means, stimulated the accomplishment of this lecture. This work aimed, thus, to salient the doctrinal point of view which defends it is no longer acceptable to deny the legal dimension, and reflexively, the requirement of the fundamental rights that are guaranteed in not self-executing rules. Such perspective dos not share with traditional perspective, by which the rights established in not-self executing rules were seen only as mere defending rights.